

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de **GÁS GLP EM CILINDRO DE 13KG E 45 KG**, para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Estratégia da Saúde da Família, CAPS AD, CAPS I e CAPS III, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

1.2. Requisitantes: Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;
Subsecretaria de Atenção Básica;
Estratégia da Saúde da Família;
CAPS AD;
CAPS I;
CAPS III;
Vigilância em Saúde;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico, Via Registro de Preço, nos termos da Lei nº14.133/21;

1.4. Tipo: Menor preço global, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

1.5. Prazo: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição, sob demanda, de **GÁS GLP EM CILINDRO DE 13KG E 45 KG**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	HMNF	SAB	ESF	CAPS AD	CAPS I	CAPS III	VIG. SAÚDE	TOTAL
1	461517	Gás GLP em cilindro de 13Kg	Unid.	03	60	102	25	14		4	208
2	461652	Gás GLP em cilindro de 45Kg	Unid.	200					15		215

A empresa contratada deverá fornecer, sem custo para a Contratante, os cilindros de 13kg e 45kg, que deverão permanecer em Regime de Comodato, pelo período de 12 meses.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021;

2.4. O fornecimento do objeto é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade permanente utilizado de forma frequente dentro das Unidades de Saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

3.2. Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de Gás GLP de 13kg e 45kg, para suprir as necessidades das Unidades de Saúde que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo;

3.3. A presente aquisição de Gás GLP a granel visa contribuir para o regular abastecimento e funcionamento da rotina das Unidades e Dispositivos de Saúde, sendo objeto indispensável para a manutenção de suas atividades diárias, visando atender de forma direta e indireta as necessidades de servidores, colaboradores que atuam nas Unidades e demais usuários do Sistema Único de Saúde – SUS;

3.4. O quantitativo solicitado pelo Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro para o item 2, visa atender a demanda do Banco de Leite Humano, com um consumo médio de 1 botijão a cada 5 meses. Para o item 1, estima-se um consumo aproximado de 2,5 kg/h de gás, considerando a possibilidade de 10 horas diárias de uso, durante 30 dias, no período de 12 meses. $(2,5 \times 10 \times 30 \times 12 = 9.000 \text{ kg}) - (9.000\text{kg} / 45 = 200 \text{ cilindros})$;

3.5. O quantitativo solicitado pela Subsecretaria de Atenção Básica, visa atender as 5 unidades básicas de saúde, com um consumo médio de 5 cilindros/mês, conforme planilha acostada à fl. 05;

3.6. O quantitativo solicitado pela Estratégia de Saúde da Família, visa atender as 19 unidades que integram o programa, com um consumo médio de 8,5 cilindros/mês, conforme planilha acostada à fl. 07;

3.7. O quantitativo solicitado pelo CAPS AD tem como base o histórico de consumo dos últimos 4 meses, de 7 cilindros, e a solicitação com uma margem de segurança de aproximadamente 20%, conforme planilha acostada à fl. 10;

3.8. O quantitativo solicitado pelo CAPS I tem como base o histórico de consumo dos últimos 4 meses, de 4 cilindros, e a solicitação com uma margem de segurança de aproximadamente 20%, conforme planilha acostada à fl. 11;

3.9. O quantitativo solicitado pelo CAPS III tem como base o histórico de consumo de 1 cilindro de gás a cada 25 dias, conforme planilha acostada à fl. 14;

3.10. O quantitativo solicitado pela Subsecretaria de Vigilância em Saúde tem como base o histórico de consumo de 1 cilindro de gás a cada 3 meses;

3.11. Vale lembrar que se trata de aquisição por Sistema de Registro de Preço (SRP). É fato que no SRP há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada de cada Unidade Requisitante;

3.12. Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como o quantitativo dos objetos solicitados, foram indicados pelas equipes técnicas das Unidades de Saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios, acostado às fls. 03/16.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. Aquisição, sob demanda, de **GÁS GLP EM CILINDRO DE 13KG E 45 KG,** para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Estratégia da Saúde da Família, CAPS AD, CAPS I e CAPS III, pelo período de 12 (doze) meses;

4.2. A presente aquisição de Gás GLP a granel visa contribuir para o regular abastecimento e funcionamento da rotina das Unidades e Dispositivos de Saúde, sendo objeto indispensável para a manutenção de suas atividades diárias, visando atender de forma direta e indireta as necessidades de servidores, colaboradores que atuam nas Unidades e demais usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratada deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado compatível com o objeto a ser licitado;

5.2. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

- 5.3.** Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitantes;
- 5.4.** Entregar o material no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência;
- 5.5.** Substituir, no prazo máximo de até 2 (dois) dias, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo;
- 5.6.** Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 5.7.** Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência;
- 5.8.** Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;
- 5.9.** Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;
- 5.10.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade:
- 5.10.1.** Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 5.10.2.** Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA;
- 5.10.3.** Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;
- 5.10.4.** Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;
- 5.10.5.** Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos;



5.10.6. A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

5.10.6.1. Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

5.10.6.2. Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

5.10.6.3. Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos;

5.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

5.12. A empresa contratada deverá fornecer, sem custo para a Contratante, os cilindros de 13kg e 45kg, que deverão permanecer em Regime de Comodato, pelo período de 12 meses.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes;

6.2. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requisitante:

6.2.1. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro: Av. Antônio Fernandes Moreira, nº 12 – Centro – Nova Friburgo/RJ – De segunda a sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.2. Subsecretaria de Atenção Básica / UBS:

6.2.2.1. UBS Cordoeira: Rua Darcília dos Santos, s/nº – Cordoeira – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.2.2. UBS São Geraldo: Rua Antonio Augusto dos Reis Junior, S/Nº – São Geraldo – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;



6.2.2.3. Posto Tunney Kassuga: Rua Vicente Sobrinho, s/nº – Olaria – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.2.4. Posto Waldir Costa: Rua José Ernesto Knust, nº 184 – Conselheiro Paulino – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.2.5. Policlínica Sylvio Henrique Braune: Rua Plínio Casado, s/nº – Centro – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3. Estratégia da Saúde da Família / ESF:

6.2.3.1. ESF de Amparo: Rua Rivail Gripp, 75 – Amparo – 4º Distrito – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.2. ESF de Campo do Coelho: Rua Jones Muniz – Campo do Coelho – 3º Distrito – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.3. ESF de Centenário: Rua João Cabral Sobrinho, s/nº – Conquista – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.4. ESF de Lumiar: Rua Guilherme Eugênio Spitz, s/nº – Lumiar – 5º Distrito – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.5. ESF de Mury: Av. Hamburgo, s/nº – Mury – 8º Distrito – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.6. ESF de Nova Suíça: Rua Moisés Moraes Filho, s/nº – Nova Suíça – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.7. ESF de Olaria I: Rua Xingu, nº 02 – Alto de Olaria – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.8. ESF de Olaria II: Rua Espírito Santo, nº 09 – Alto de Olaria – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;



6.2.3.9. ESF de Olaria III – Amarelinho: Rua Augusto Nicolau Rodrigues, nº 59 – Alto de Olaria – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.10. ESF de Rio Bonito: Rio Bonito de Lumiar – 5º Distrito – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.11. ESF de Riograndina: Praça Nossa Senhora do Rosário, s/nº – Riograndina – 2º Distrito – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.12. ESF de São Lorenzo: Estrada de S. Lourenço – 5º Distrito – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.13. ESF de São Pedro da Serra: Rua Rodrigues Alves, 75 – São Pedro da Serra – 7º Distrito – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.14. ESF do Stucky: Rua Acedimiro Bussinger, s/nº – Vale do Stucky – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.15. ESF de Vargem Alta: Estrada João Heringer, s/nº – Vargem Alta – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.16. ESF de Varginha: Rua Fransico Lopes, s/nº - Varginha – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.17. ESF de Terra Nova: Rua Eugênia de Almeida Maia, 110 – Conselheiro Paulino – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.18. ESF de Conquista: Estrada Albino de Sá Martins - Conquista – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.3.19. ESF de Cordoeira: Rua Darcília dos Santos, s/nº - Cordoeira – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.4. CAPS AD: Av. Comte Bittencourt, 142 – Centro – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;



6.2.5. CAPS I: Av. Júlio Antônio Thurler, 431 – Olaria – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.6. CAPS III: Rua Padre Roberto Saboia de Medeiros, 24B – Paissandu – Nova Friburgo/RJ – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.2.7. Vigilância em Saúde: Rua Augusto Cardoso, 62 – Centro – Nova Friburgo/RH – De segunda à sexta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente,

anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro		
Adriane de Jesus Schenquel	299.287	Superior Imediato
Marcos Alexandre da Silva	115.027	Fiscal Titular
Alessandro Trigo de Aquino	2115.050	Fiscal Substituto
Subsecretaria de Atenção Básica		
Lucimar Figueira Ribeiro	207.764	Superior Imediato
Patrícia Soares Carvalho	299.080	Fiscal Titular
Roberta da Conceição dos Santos	117.089	Fiscal Substituto
Estratégia da Saúde da Família		
Lucimar Figueira Ribeiro	207.764	Superior Imediato
Karla Herdy Almeida	299.089	Fiscal Titular
Mariza Dias Siqueira	299.362	Fiscal Substituto
CAPS AD		
Claudia Pietrobon de A. Mafra	299.138	Superior Imediato
Erick Daut	215.142	Fiscal Titular
Bárbara Salotto Marchetti	115.218	Fiscal Substituto
CAPS I		
Katya Alexandra G. de Souza Lisboa	207.758	Superior Imediato
Carolina Gianfaldoni Viana	115.186	Fiscal Titular
Armando Valmir Sardinha	112.079	Fiscal Substituto
CAPS III		
Rosilene Klein Barradas	115.231	Superior Imediato
Luciana Rodrigues de O. Ângelo	062.194	Fiscal Titular
Mariana Oliveira Siqueira Alves	063.248	Fiscal Substituto
VIG. EM SAÚDE		
Alícia Siqueira Emerich	063.219	Superior Imediato
Maria Aparecida Paulina da Silva	299.088	Fiscal Titular
Felipe Souza de Oliveira	207.010	Fiscal Substituto
GESTORES		
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular



Higor de Barros Pinto	062.682	Gestor Substituto
-----------------------	---------	-------------------

7.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

7.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

7.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

7.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

7.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

7.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

7.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

7.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia de Saúde da Família, CAPS AD, CAPS I, CAPS III e Vigilância em Saúde;

8.2.2. Fonte de Recursos: 1600 – SUS;

8.2.3. Programa de Trabalho: 30001.10.302.0085.2.203, 30001.10.301.0083.2.193, 30001.10.301.0083.2.194, 30001.10.302.0083.2.198 e 30001.10.305.0086.2.208;

8.2.4. Elemento de Despesa: 33.90.30.23;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001;**

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS;

10.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21;

11.2. Comete infração administrativa:

11.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



11.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.4. Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

11.4.1. Advertência;

11.4.2. Multa de até 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

11.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 3 (três) anos;

11.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 157 e 158 da Lei n.º 14.133/21;

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, o caráter educativo da pena, dano causado à administração, as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias agravantes e atenuantes, observado o princípio da proporcionalidade.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

12.2. O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 16 de junho de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Mat. 063.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO
Secretária Municipal de Saúde
Mat. 106.137